

ÍNDICE

.....

APRESENTAÇÃO	9
------------------------	---

PARTE I – COORDENADAS FUNDAMENTAIS DOS DIREITOS DE PERSONALIDADE	13
---	-----------

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	15
--	-----------

§ 1. Uma aproximação aos direitos de personalidade	15
---	-----------

1. A tutela da realidade pessoal	15
--	----

2. A dimensão ética da tutela	20
---	----

3. Os direitos de personalidade no século XXI	21
---	----

§ 2. <i>Quæstiones disputatæ</i> na jurisprudência	25
---	-----------

CAPÍTULO II – OS DIREITOS DE PERSONALIDADE NA LUSOFONIA: A RELEVÂNCIA DO BRASIL	43
--	-----------

§ 3. A tutela da personalidade no mundo lusófono	43
---	-----------

4. O pioneirismo da cultura jurídica portuguesa	43
---	----

5. A singularidade da experiência brasileira	46
--	----

§ 4. A dogmática civil brasileira	49
--	-----------

6. Os principais marcos normativos do direito civil brasileiro	49
--	----

7. Entre o Largo de São Francisco e a Escola do Recife	55
--	----

§ 5. A receção dos direitos de personalidade no Brasil	63
---	-----------

8. Os direitos absolutos de personalidade em Teixeira de Freitas	63
--	----

9. O «silêncio» dos primeiros manuais	66
10. O Código Civil de 1916	67
11. A consolidação dos direitos de personalidade: PONTES DE MIRANDA	69
12. ORLANDO GOMES e o Projeto de Código Civil (1963)	71
13. O Projeto de Código Civil (1975)	73
§ 6. Os direitos de personalidade na vigência do Código Civil (2002) e a escola do direito civil-constitucional	76
14. Sequência: entre a continuidade e a rutura	76
15. A escola brasileira do «direito civil-constitucional»	79
16. Crítica: um vazio metodológico	83
17. Crítica: a natureza histórico-dogmática do direito	84
18. Crítica: pensamento problemático e sistema	91
CAPÍTULO III – FUNDAMENTOS DOGMÁTICOS	95
§ 7. A juridicidade da realidade pessoal	95
19. Sequência; conceito ôntico de personalidade	95
20. Critérios de juridicidade: a distinção entre o plano ôntico e o plano jurídico	97
§ 8. Personalidade vs. capacidade jurídica	99
21. A origem da distinção entre personalidade e capacidade jurídica	99
22. Revisão crítica: sobreposição conceptual	106
23. Cont.: contaminação valorativa	108
24. Cont.: o problema da relativização da personalidade e a universalidade sistemática dos conceitos	109
25. O retorno ao monismo conceptual	115
26. O destino da personalidade jurídica: perspetivas	119
27. Imputação concreta vs. imputabilidade abstrata de situações jurídicas	121
§ 9. A tutela da personalidade e o direito subjetivo	124
28. Tutela objetiva ou subjetiva da personalidade?	124
29. Tutela civil, penal e constitucional da personalidade	125
30. A possibilidade de o sujeito ser objeto do próprio direito	128
31. A questão na doutrina portuguesa: os direitos originários	133
32. Cont.: MANUEL DE ANDRADE e o Código Civil de 1966	137
33. Direito (geral) de personalidade vs. direitos (especiais) de personalidade	138
§ 10. Os bens de personalidade	142
34. Bens nucleares da personalidade	142
35. Bens periféricos da personalidade	144

36. A expansão da tutela: perspectivas e desafios	145
§ 11. Características dos direitos de personalidade	148
37. Sequência; cogência e eventualidade	148
38. Não-patrimonialidade e indisponibilidade	149
39. Cont.: o critério da preponderância	151

PARTE II – FUNDAMENTAÇÃO ANTROPOLÓGICA DA TUTELA 155

CAPÍTULO I – A ORIGEM DO CONCEITO DE PESSOA 157

§ 12. A invenção teológica do conceito	157
40. A inexistência de <i>persona</i> na filosofia antiga	157
41. O contributo da teologia	162
§ 13. <i>Persona</i> da teologia trinitária	166
42. A tradição grega	166
43. A tradição latina	174
44. A síntese agostiniana e a formulação de BOETHIUS	176
§ 14. <i>Persona</i> e cristologia	181
§ 15. Pessoa na modernidade e a antropologia da subjetividade	187
45. Sequência; o contexto cultural da filosofia moderna	187
46. O sujeito cartesiano	194
47. A pessoa no empirismo inglês: LOCKE e HUME	195
48. O Homem kantiano e do idealismo alemão	196
49. Sinopse: a «experiência da não-realidade» da pessoa	200
§ 16. Antropologia contemporânea	204
50. Existencialismos e personalismos	204
51. Uma nova «era antropológica»?	206
§ 17. A teoria de género	207
52. Do corpo-sujeito ao corpo-objeto	207
53. Masculinidade e feminilidade; natureza <i>vs.</i> cultura	210
54. Origem histórica da teoria de género: sexo <i>vs.</i> género	214
55. Cont.: da medicina para as «ciências sociais e humanas»	216
56. O uso ideológico da teoria de género	217

CAPÍTULO II – A EXPERIÊNCIA DA REALIDADE PESSOAL 225

§ 18. Autopossessão, ipseidade e relação	225
57. O Homem como <i>distinctum subsistens</i>	255

58. O Homem como <i>distinctum subsistens respectivum</i>	229
59. A vida como missão	232
§ 19. A radical unidade ontológica da pessoa	238
PARTE III – EXPOSIÇÃO SISTEMÁTICA	241
CAPÍTULO I – A TITULARIDADE DOS DIREITOS DE PERSONALIDADE	241
§ 20. As pessoas físicas	243
60. Sequência; diversas intensidades de tutela	243
§ 21. O nascituro	246
61. A relevância do nascimento	246
62. A solução do BGB e a capacidade jurídica limitada do nascituro	247
63. A tradição portuguesa: do Código SEABRA ao atual Código Civil	251
64. A superação histórica do critério do nascimento	252
65. O nascimento como expansão da capacidade de gozo	255
66. O alcance normativo do art. 66.º/1	258
67. O não-nascimento	259
§ 22. A tutela <i>post mortem</i>	263
68. A natureza do bem jurídico protegido	263
69. A tutela <i>post mortem</i> na jurisprudência	265
70. Posição adotada: o dano relacional	267
71. Cont.: a legitimidade prevista no n.º 2 do art. 71.º	268
§ 23. As pessoas coletivas	270
72. Sequência	270
73. As dissonâncias da jurisprudência	272
74. A natureza da pessoa coletiva: estrutura normativa da personificação	280
75. Cont.: dupla dimensão sistemática (tipo <i>vs.</i> conceito classificatório)	283
76. Posição adotada	284
77. A projeção da personalidade singular na pessoa coletiva	289
78. Uma hipótese de <i>Drittschadensliquidation?</i>	291
CAPÍTULO II – O REGIME DOS DIREITOS DE PERSONALIDADE	297
§ 24. Limitações voluntárias	297
79. Sequência	297
80. O negócio limitativo	298
81. A natureza da limitação	301

82. O princípio da livre revogabilidade	303
83. Concurso de regimes	308
84. Os menores e os maiores acompanhados	310
§ 25. Colisão de direitos	314
85. Sequência	314
86. Superioridade axiológica e bens de personalidade	316
87. Cont.: a relevância da identidade dos sujeitos	317
88. A mútua restrição no exercício	318
§ 26. Tutela preventiva e responsabilidade civil	319
89. Tutela preventiva: as providências adequadas	319
90. Tutela ressarcitória: imputação de danos	320
91. O dano existencial	321
92. Cont.: a dimensão existencial da patrimonialidade	326
93. O dano relacional	328
94. Distinção das figuras	329
CAPÍTULO III – A TUTELA NUCLEAR DA PERSONALIDADE	331
§ 27. O direito à vida e à integridade física	331
95. A vida como bem jurídico	331
96. A indisponibilidade da vida: a ilicitude do suicídio e dos comportamentos de risco	333
97. A ilicitude da eutanásia	336
98. A ilicitude (civil) do aborto	339
99. A tutela da realidade embrionária e a PMA	340
100. A integridade física	344
§ 28. O dano morte	347
101. Sequência; a <i>vexata quaestio</i>	347
102. Posição adotada; dano morte <i>vs.</i> danos causados pela morte	348
103. A legitimidade prevista no art. 496.º	351
§ 29. A própria vida como dano?	355
104. Sequência	355
105. <i>Wrongful pregnancy</i>	356
106. <i>Wrongful birth</i> e <i>wrongful life</i>	360
107. A experiência portuguesa	363
108. Cont.: os acórdãos do STJ, de 17-jan.-2013 e de 12-mar.-2015	366
109. A inadmissibilidade da pretensão à «não-existência»	373
110. A posição jurídica dos pais: <i>wrongful pregnancy</i> e dano existencial	377

111. Cont.: os casos de <i>wrongful birth</i> e <i>wrongful life</i>	381
§ 30. O direito à identidade	384
112. O conhecimento das origens e as relações constitutivas do sujeito	384
§ 31. O direito à privacidade	387
113. A reserva da intimidade	387
114. Cont.: teoria das esferas e comportamentos performativos	389
115. Os <i>media</i> e os contratos relativos à vida privada (<i>Verträge über Privatsphäre</i>)	392
§ 32. O direito à honra	395
116. A honra enquanto bem jurídico	395
117. Conflitos típicos com liberdades fundamentais	398
118. Coordenadas da jurisprudência	401
119. Um direito ao esquecimento?	411
 JURISPRUDÊNCIA PORTUGUESA	 419
Tribunal Constitucional	419
Supremo Tribunal de Justiça	419
Tribunal da Relação do Porto	422
Tribunal da Relação de Lisboa	422
Tribunal da Relação de Coimbra	423
Tribunal da Relação de Guimarães	423
Tribunal da Relação de Évora	423
 BIBLIOGRAFIA	 425
 ÍNDICE IDEOGRÁFICO	 451
 ÍNDICE	 455